



ATENÇÃO

Prazo para recebimento dos documentos para a ação individual dos 26,05% é até 20 de fevereiro (quarta-feira). Horários de atendimento e mais informações em www.sintufRJ.org.br.

Jornal do SintufRJ

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Ano XXVI - Nº 1280

11 a 17 de fevereiro de 2019

www.sintufRJ.org.br

UFRJ: Frente ampla apresenta propostas

Páginas 4 e 5



REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O DESTINO É O DESAMPARO

Páginas 2, 3 e 6

Reforma da Previdência

TRABALHADORES NA MIRA DE BOLSONARO

Causou alvoroço o “vazamento” de uma minuta da reforma da Previdência a ser enviada pelo governo Bolsonaro ao Congresso Nacional. Embora o governo, mostrando a habitual descoordenação, negue que o texto represente a versão definitiva da reforma e o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirme que caberá ao presidente Jair Bolsonaro arbitrar entre diferentes versões elaboradas pela equipe do governo, o fato é que o texto revelado deixou o mercado ouriçado e os trabalhadores em pânico: a seguir a toada da minuta, estamos às vésperas de um ataque descomunal aos direitos.

Miguel Rossetto, ex-ministro do Trabalho (ministério extinto por Bolsonaro), foi uma das vozes a se levantar contra a proposta. Segundo ele, “a reforma vai transformar idosos e pobres em indigentes. Esta proposta tem tudo para empurrar para a miséria absoluta milhões de brasileiros que não têm condições de poupar dinheiro ao longo da vida”.

A ex-presidenta do INSS, Elisete Iwai, também detonou o texto, considerado nefasto: “Nesse modelo, as empresas deixam de contribuir, e o que esse trabalhador contribui é colocado numa espécie de poupança que os bancos vão gerir e em consequência vão ganhar com isso. Esse modelo privilegia o sistema financeiro”.

O texto vazado, de fato, foi muito bem recebido pelos bancos. O regime de capitalização, nos moldes da previdência chilena, constantemente elogiada por Bolsonaro e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, abre um mercado extremamente rentável. No entanto, o modelo adotado é responsável por um drama crescente na sociedade chilena: o aumento de suicídios, do abandono e da indigência entre

idosos. Em um país desigual como o Brasil, o modelo é o prenúncio de uma tragédia social de proporções incalculáveis.

A CUT reagiu imediatamente. Primeiro, contra a MP 871, que prevê, entre outras medidas polêmicas, a quebra de sigilo bancário de aposentados e pensionistas que recebem o Benefício de Prestação Continuada. Essa

MP provocou uma nota pública conjunta de 8 centrais sindicais questionando o tratamento dado pelo governo aos trabalhadores, considerados fraudadores em potencial, enquanto as empresas sonegadas permanecem devendo bilhões à Previdência.

Em relação à reforma da Previdência de Jair Bolsonaro e Paulo Guedes, a CUT convocou plenárias estaduais para preparar

a mobilização, culminando com uma Assembleia da Classe Trabalhadora, no dia 20 de fevereiro, em São Paulo (*leia matéria na página 5*).

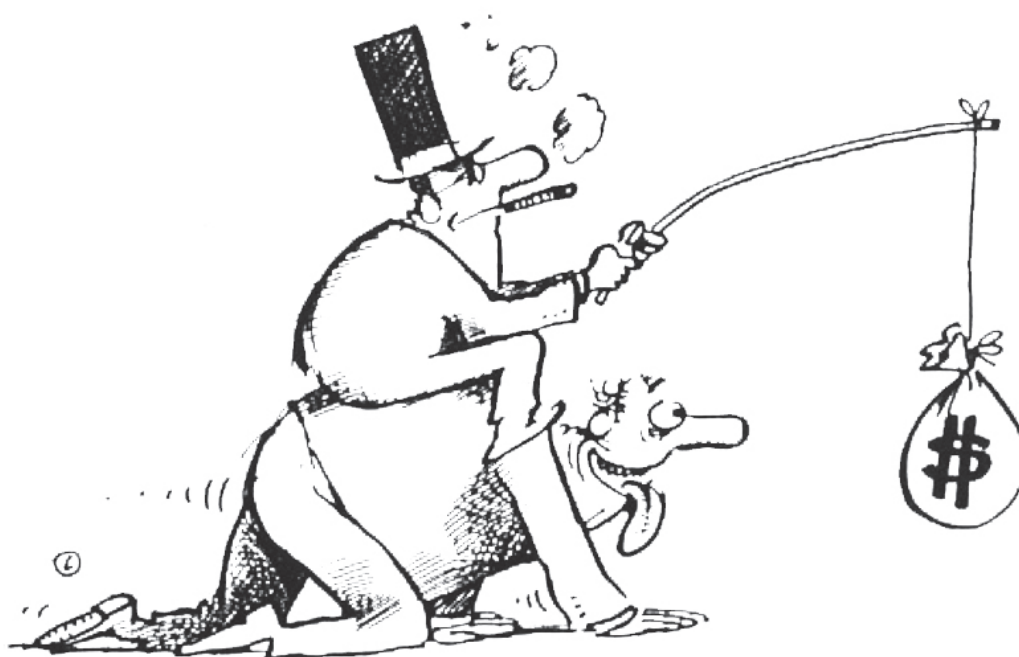
O chamado vem em boa hora: a unidade do movimento sindical será fundamental para fazer frente ao verdadeiro atentado em gestação nas fileiras do governo. A previdência brasileira é uma conquista civilizatória que acolhe

e protege pessoas idosas, com doença ou deficiência que não conseguem se sustentar no mercado de trabalho. É um modelo que incorpora seus conceitos baseado numa ideia sólida de solidariedade entre gerações e financiado de forma compartilhada entre trabalhadores, empregadores e a sociedade.

Modelo que é vitorioso, especialmente porque a imensa maioria da população não tem condições de poupar. Esse é um conceito básico que tem de ser reafirmado. Se aprovada, a mudança proposta representará o fim da era do emprego e do salário e a consolidação definitiva da era do trabalho e da renda – com o aumento da precarização e a diminuição do poder aquisitivo.

É urgente, portanto, abrir o debate com a sociedade sobre os aspectos draconianos do projeto do governo. A CPI da Previdência demonstrou, por exemplo, que a dívida ativa na cobrança previdenciária beira meio trilhão de reais, resultado da sonegação e fraudes de empresas que recolheram o dinheiro do trabalhador e não repassaram para a Previdência. Ao invés de combater as grandes fraudes e enfrentar os privilégios dos militares e do Judiciário, o governo prefere divulgar dados apocalípticos, sem o menor rigor técnico, e esboça a destruição de um sistema que, segundo o estudo “Previdência Social e Redistribuição de Renda Intermunicipal, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)”, é a maior distribuidora de renda do país.

Mais do que nunca, somente a mobilização dos trabalhadores brasileiros poderá impedir que milhões de brasileiros sejam arremessados no desamparo para multiplicar os lucros do rentismo.



Reforma da Previdência

O sonho de consumo dos bancos

Para os servidores públicos, prever a elevação na alíquota previdenciária que hoje é de 11%. Assembleia dos Trabalhadores convocada pela CUT e outras centrais vai iniciar a mobilização contra a reforma

“A reforma da Previdência é o sonho de consumo dos bancos”, definiu Marcello Azevedo, mestre em políticas públicas e ex-dirigente da CUT Rio de Janeiro, na exposição promovida pela Central na quinta-feira, 7 de fevereiro. A reunião antecede uma plenária dos sindicatos convocada pela CUT para o próximo dia 20, quarta-feira, para iniciar a luta contra a reforma (*leia mais na página 6*).

No debate, o dirigente, que é da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), alertou para a necessidade de os dirigentes e os trabalhadores revelarem a real intenção do governo em querer reformar a Previdência: acabar com a obrigatoriedade constitucional da seguridade social, desobrigar o governo da questão previdenciária, favorecendo bancos e fundos de pensão privados e desonerar a folha salarial das empresas retirando INSS, FGTS, 13º e férias.

Servidores

Para os servidores públicos das três esferas, Azevedo destacou que o projeto prevê progressividade de cobrança; elevação na alíquota previdenciária, que hoje é de 11% e da idade (65 anos para ambos os sexos), 60 anos para professores que ingressaram no serviço público até 31/12/2003, aumento do tempo de contribuição para 25 anos e obrigatoriedade de aderir a um fundo de pensão. O direito adquirido só será válido

até a data da promulgação da reforma.

Azevedo, que também é especialista em economia do trabalho pela Unicamp, afirmou que a proposta veiculada, ainda não definitiva, é para medir a reação do mercado e da sociedade. De acordo com as reações é que o governo irá enviar sua proposta final, que pode ser ainda pior ou mais palatável à aprovação. Desconstitucionalizar o Regime Geral da Previdência Social, transformando todas as questões em leis complementares, é o pulo do gato do governo Bolsonaro. “De bate-pronto, a criação de um sistema de capitalização – cada trabalhador contribui para sua aposentadoria – é o carro-chefe”, disse Azevedo.

O dirigente afirmou ainda que a proposta apresentada até agora vai reduzir de 30% a 40% as aposentadorias e impedirá na prática o trabalhador de se aposentar com o aumento de tempo de contribuição (40 anos) e da idade (65 anos) para ter direito à integralidade. O tempo mínimo de contribuição passaria a ser de 20 anos (hoje é de 15 anos) e, caso se aposente por esse tempo, o trabalhador receberia 60% da aposentadoria.

O valor dos benefícios seria calculado pela média de todas as contribuições e não pelas últimas 36 contribuições, ou pelas maiores, como hoje é feito. O resultado será a redução de valores. “E menores que o salário mínimo para milhões de trabalhadores”, destaca.



AZEVEDO. Trabalhador perde



Fotos: Internet

BANCOS mandam na economia e nos governos

O que o governo esconde?

- Que acabará com a previdência como uma política social.
- Que não existe separação entre seguridade social e previdência na Constituição.
- Que chama de déficit aquilo que é aportado somente no regime geral da previdência por empregados e empregadores e omite as receitas que deveriam vir dos impostos.
- Que omite do cálculo os valores que não são aportados ou desviados da seguridade e da previdência por conta das isenções fiscais, sonegação, perdões de dívidas e desvinculação de receitas da União (DRU).

Problemas com o regime de capitalização

No Chile, onde a capitalização foi aplicada, houve exclusão de milhões de chilenos da aposentadoria, os benefícios pagos chegam em média a ser de 40% a 60% do salário mínimo, ocorreu um alto índice de suicídios de idosos, concomitantemente ao crescimento vertiginoso dos lucros dos fundos de pensão e dos bancos.

Marcello Azevedo elencou as mazelas que envolvem o sistema de capitalização aqui no Brasil, menina dos olhos do ministro da Economia, Paulo Guedes:

- A aposentadoria é calculada em cima de depósitos mensais feitos pelos trabalhadores.
 - Em caso de prejuízo ou falta de recursos para cobrir a aposentadoria, quem paga são os trabalhadores.
- Falta de fiscalização dos trabalhadores sobre a utilização dos recursos, pois são administrados por entidades privadas.
- O governo só ajuda os aposentados com uma aposentadoria solidária, que é um valor pago também aos inválidos.
- Utilização do FGTS.

Veja o vídeo sobre o exemplo chileno em www.sintufjrj.org.br

Apresentação de propostas marca plenária de frente ampla da UFRJ

A 7ª plenária da Frente Ampla Democrática e Solidária da UFRJ foi marcada pela apresentação de uma proposta de programa na defesa da democracia, da autonomia universitária e da universidade pública.

O documento, que está sendo construído coletivamente, está aberto a contribuições, as quais serão consolidadas para apresentação na próxima plenária da frente marcada para o dia 15 de fevereiro.

As propostas do documento de amplo espectro, depois de consolidadas, serão apresentadas à chapa ou às chapas que se apresentarem para a consulta de que resultará o próximo reitor da universidade.

Um manifesto com os 20 Princípios e Diretrizes do movimento da frente – que se define como democrático e progressista em defesa da universidade pública, gratuita e autônoma – já obteve inúmeras adesões da comunidade universitária.

Conjuntura hostil

A hostilidade da conjuntura que mergulha o país na era da incerteza fez despertar na comu-



Foto: Renan Silva

COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA no campus. UFRJ é uma das principais instituições da rede federal de ensino superior

nidade universitária movimento sem precedentes na história política recente da UFRJ: a construção de uma frente que se mobiliza na defesa da universidade pública e de sua democracia interna.

As articulações ganharam velocidade pela coincidência das ameaças vindas de Brasília com o período de sucessão na Reitoria da universidade. O mandato de

Roberto Leher termina em junho e o processo de consulta – como tradicionalmente acontece desde o fim da ditadura – será aberto no próximo dia 18, com a inscrição de chapas.

Como se trata de uma frente, é natural o entendimento de que se trata da convergência de forças com abordagens diversas da realidade. Forças ou grupos que se unem

diante de uma ameaça maior, como o obscurantismo intelectual e a ânsia privatista presente no governo Bolsonaro.

A democracia sob risco na universidade – que quer ter o direito de escolher com liberdade seus dirigentes, defender a universidade pública e gratuita e a autonomia universitária – é o que tem inspirado a frente que

vem se reunindo nas últimas semanas.

Fica claro que esta unidade é em torno de princípios que se desdobram num esboço de objetivos ou, de forma mais precisa, em algum momento, em um programa.

A plenária do dia 7 reafirmou a necessidade de consolidar as forças que se esforçam em busca da unidade na defesa da universidade.

Vontade da comunidade tem que ser respeitada

Com exceção do governo de FHC, que impôs o segundo candidato da lista tríplice, José Vilhena, abrindo uma crise institucional sem precedentes, há algumas décadas a vontade da comunidade na escolha para reitor e vice-reitor da UFRJ, apurada em pesquisa informal, vem sendo respeitada.

No entanto, no dia 10 de

dezembro a Secretaria de Ensino Superior (Sesu) do MEC emitiu uma nota técnica (nº 400/2018) com considerações sobre a organização da lista tríplice para nomeação de reitor, opinando que, mesmo no caso da pesquisa informal, se deve observar o peso de 70% para docentes. Lógico que a nota causou indignação na

comunidade universitária.

A eleição, no colégio eleitoral, segue o determinado pela Lei nº 9.192/95, com peso de 70% de votos para docentes. Mas consultas à comunidade são informais com configuração de votação conforme resolução de cada comunidade, sem que isso contrarie qualquer norma.

Neste ano, nada menos que 10 universidades federais, entre elas a UFRJ (com pleito previsto para abril), vão encaminhar lista tríplice a Brasília.

Segundo a Andifes, diversas universidades federais também têm mandatos que terminam este ano: UFC (Ceará), UFGD (Grande Dourado), UFMA (Maranhão), UFPE (Pernam-

buco), UFRB (Recôncavo da Bahia), UFRN (Rio Grande do Norte), UFV (Viçosa) UFVJM (Jequitinhonha e Mucuri) e UniRio (Estado do Rio de Janeiro). No caso da UFRN, cuja eleição ocorreu em 2018, a instituição sustenta que a nota técnica não se aplica porque teria sido assinada após o envio da lista tríplice.

Assembleia do Sintufjrj põe diferenças de lado

Reunião aprova nomes para comissão do Consuni. Delegação à plenária da Fasubra também é indicada

Com uma pauta que remete a dois importantes temas para a categoria – a consulta para a escolha do novo reitor (no final de abril) e a indicação de delegados à plenária nacional da Fasubra –, a assembleia dos técnicos-administrativos da UFRJ, na manhã de quarta-feira 6, aprovou, com apenas uma abstenção, os nomes dos representantes dos servidores que comporão a comissão de pesquisa do Conselho Universitário e a chapa única para o encontro da Federação, em 15 e 16 de fevereiro.

Os graves ataques que se anunciam por parte do governo Bolsonaro, em particular a reforma da Previdência, as ameaças de ingerência nas universidades públicas, as privatizações e restrições de direitos, levaram à percepção por

parte dos presentes de que é necessário construir a unidade.

“A conjuntura demonstra que os ataques vão ser fortes e que é necessário deixar as diferenças de lado. Essa assembleia foi marcada por isso”, disse a coordenadora-geral do Sintufjrj Neuza Luzia.

“Conseguimos fechar o consenso para a formação de uma chapa (para a plenária da Fasubra) com representantes da direção e da oposição, cada um no seu papel”, resumi a coordenadora.

Trabalhadores

A assembleia aprovou também organizar a participação da categoria na assembleia nacional da classe trabalhadora que será realizada na Praça da Sé, em São Paulo, no dia 20.

Essa assembleia está sendo



Foto: Renan Silva

QUARTA-FEIRA, 6 DE JANEIRO. Momento político influiu no ânimo dos servidores

organizada pela CUT, CTB e CPS Conlutas e tem como centro a resistência aos planos do governo para a Previdência.

Na agenda interna, o Sintufjrj vai organizar uma assembleia especial para discutir propostas e um programa

com as reivindicações da categoria a ser apresentado aos candidatos que concorrerão ao cargo de reitor.

Consuni: resolução sobre a pesquisa

Em sessão do dia 13 de dezembro, o Conselho Universitário apreciou duas resoluções, uma sobre normas do processo de escolha e outra que define a constituição da Comissão Coordenadora da Pesquisa (de caráter informativo e não vinculante à elaboração da lista tríplice, conforme destaca o documento), prévia antes da eleição.

As normas reproduzem, basicamente, o último processo de escolha, e à comissão foram acrescentados representantes do campus Duque de Caxias, aumentando para nove os representantes do-

centes, e conseqüentemente para nove os indicados pelos conselhos superiores e representações dos segmentos técnico-administrativo (indicados pelo Sintufjrj) e discente (indicado pelo DCE e APG).

Os nove representantes técnico-administrativos foram aprovados em assembleia convocada pelo Sintufjrj no dia 6 de fevereiro.

Pelo texto aprovado, a comissão apresentaria na sessão do dia 14 de fevereiro a proposta de regimento para normatização do processo sucessório do mandato 2018 a 2023.

Confira o calendário aprovado em dezembro

- Inscrição de candidaturas nos dias 18 e 19 de fevereiro junto à comissão;
- Campanha entre os dias 20 de fevereiro e 1º de abril;
- Primeiro turno da pesquisa – 2, 3 e 4 de abril;
- Divulgação de resultados – 5 de abril;
- Eventual segundo turno – 15, 16 e 17 de abril;
- Divulgação de resultado – 18 de abril.

Escolha de nomes

A escolha dos nomes que comporão a lista tríplice será no dia 30 de abril, em reunião conjunta dos Colegiados Superiores da UFRJ (Consuni, Conselho de Ensino de Graduação, Conselho de Ensino para Graduados e Conselho de Curadores), que constituirão o Colégio Eleitoral.

A elaboração da lista seguirá a legislação em vigor. Os candidatos deverão formalizar pedido de inscrição na Secretaria de Órgãos

Colegiados nos dias 24 e 25 de abril.

Constituindo a comissão

Embora prevista para o dia 14 de fevereiro, a sessão em que a Comissão Coordenadora da Pesquisa apresentaria proposta de regimento, até o dia 8, ainda faltavam alguns nomes para sua composição. Assim, cogita-se que, no Consuni, possa haver alguma adequação no calendário.

Centrais convocam para assembleia

Reunião é para elaborar uma agenda de lutas contra a reforma da Previdência

Numa frente com as demais centrais sindicais, a CUT intensificou a convocação para a Assembleia da Classe Trabalhadora de quarta-feira, 20 de fevereiro, a partir das 10h, na Praça da Sé, em São Paulo.

Será a primeira manifes-

tação política relevante do movimento sindical em 2019 e marcará o Dia Nacional em Defesa da Previdência Pública.

A assembleia é início das mobilizações contra o projeto de reforma da Previdência elaborado pelo governo Bolsonaro. O

objetivo da assembleia é organizar.

Segundo a CUT, a assembleia tem sido precedida de reuniões nos estados em que são debatidas propostas de uma agenda de lutas.

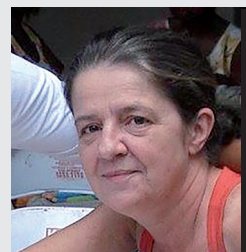


Falecimentos

Fotos: Divulgação



Com pesar informamos o falecimento do companheiro Wisley Rizzo Coutinho, o Coutinho, dia 6 de fevereiro. Ele trabalhou no Escritório Técnico (ETU) da Universidade e estava aposentado.



Informamos o falecimento da jornalista da UFRJ Luciana Crespo, dia 5 de fevereiro. Servidora da UFRJ há 10 anos, era lotada no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (Nepp-DH).

Jornal do Sintufjrj

A SERVIÇO DA CATEGORIA

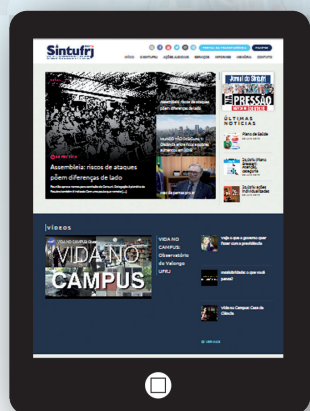
Ano XXVI - Nº 1279

4 a 10 de fevereiro de 2019

www.sintufjrj.org.br

No computador, no tablet e no celular

Acesse www.sintufjrj.org.br



Inscreva-se no canal do Sintufjrj no YouTube



WhatsApp do Sintufjrj



Envie a palavra INCLUIR para (21) 96549-2330

MUNDO TÃO DESIGUAL II

No Brasil, pobreza voltou a crescer

LONGE DA ESCOLA.
Menino em atividade no
lixão de Ribeirão Preto,
interior de São Paulo

Serviços públicos universalizados, como saúde e educação, são alicerces das sociedades livres e justas, diz relatório da Oxfam

Coordenador da Oxfam no Brasil, Rafael Georges é autor do relatório apresentado no final de 2018 pela organização não governamental britânica que apontou o retorno do crescimento da desigualdade no Brasil depois de 15 anos. O documento também aponta a necessidade de mudanças no sistema tributário brasileiro.

Segundo o relatório, no cenário no qual se evidencia a importância de serviços públicos de qualidade e universalizados como elemento motor da redução da desigualdade, congelar gastos em investimentos públicos por 20 anos, como determina a Emenda Constitucional 95, aprovada no governo Temer em 2016, tem efeito devastador.

A medida, que já leva à acumulação de uma perda bilionária no SUS e ao contingenciamento progressivo de recursos para a educação (só na UFRJ o déficit projetado para 2019 passa de R\$ 300 milhões), é uma política que, segundo Rafael Georges, não existe em nenhum lugar do planeta. “É

262 milhões de crianças não podem ir à escola no mundo por falta de condições materiais

a adoção de um remédio que vai matar o paciente”, diz. Para ele, a medida está na contramão do que os brasileiros precisam.

“A emenda do teto de gastos é um desastre”, diz, ponderando que é preciso parar de pensar nesta medida como solução para estabilização da economia. “A emenda precisa ser revogada e o debate sobre contas públicas no Brasil tem que assumir outro patamar”, sugere.

Papel dos governos

O relatório “Bem público ou riqueza privada?”, da Oxfam, além de mostrar o aumento da concentração de renda no planeta, aponta o poder inigualável dos serviços públicos universais para combater a pobreza e reduzir a desigualdade.

Hoje em dia, aponta a Oxfam, os governos enfrentam uma escolha: uma vida digna para todos os seus cidadãos ou riqueza extrema para muitos poucos.

Rafael Georges observa que as desigualdades não são naturais, são produzidas, e são produto de escolhas, de políticas públicas.

Segundo ele, a Oxfam reuniu uma série de estudos feitos durante vários anos para mostrar que investimentos em serviços públicos, em particular em saúde e educação, têm papel importante na redução da desigualdade.

O representante da Oxfam no Brasil explicou que a proposta da divulgação do relatório próximo ao encontro de Davos (realizado em janeiro), reunião da elite econômi-

Infância punida

Nos países em desenvolvimento, as crianças das famílias mais ricas têm 32% mais probabilidades de concluir o ensino fundamental do que as de famílias mais pobres.

Nos países de renda baixa e média, estima-se que 3,6 milhões das mortes possam ser atribuídas à falta de acesso a serviços de saúde a cada ano.

Para a Oxfam, deve haver serviços públicos gratuitos e de boa qualidade para todos: “Para reduzir o fosso entre ricos e pobres, os serviços públicos precisam ser universais, livres, públicos, transparentes e funcionar bem”.

ca do mundo, foi pautar o debate sobre a importância estratégica das políticas públicas.

É preciso compromisso das lideranças com a redução da desigualdade, e os governos têm papel

Em alguns casos, serviços de saúde podem representar questões de vida ou morte. De fato muitos morrem por não poder pagar, e 100 milhões são levados à pobreza extrema em razão deste custo. Há países, como Quênia, República Democrática do Congo e Índia, em que às vezes pobres são mantidos como prisioneiros em hospitais enquanto não puderem pagar.

Segundo o relatório, países em desenvolvimento bem-sucedidos já demonstraram o potencial e a capacidade de os serviços públicos serem universais e favorecerem os pobres.

central, destaca Rafael Georges.

A Oxfam, diz ele, não é anti-mercado, mas se deixarmos nas mãos do mercado as decisões relacionadas à distribuição de rendas, isso não irá acontecer.

EM FOCO

Foto: Renan Silva



ÂNGULO ORIGINAL desta roda de estudo no pátio interno do prédio onde funciona a Reitoria da UFRJ. Como se sabe, além da administração central da universidade, o prédio abrigava pró-reitorias e unidades acadêmicas. O incêndio de 2016 reduziu parcialmente essas atividades.

Sonegação

Por ano, os patrões descontam dos salários dos trabalhadores, mas não repassam ao caixa da Previdência, cerca de R\$ 31,25 bilhões, segundo a CPI da Previdência. A apropriação indébita dos patrões mos-

tra um retrato grave de como a falta de fiscalização contribui para o rombo da Previdência.

Para propagandear a necessidade da reforma previdenciária, o governo lança como argumento o déficit da Previ-

dência endurecendo as regras para os trabalhadores, mas o combate à sonegação e a discussão sobre as renúncias previdenciárias ficam relegados a segundo plano.

(fonte: CUT nacional)

Sem FGTS, férias e 13º

Foto: Internet



De acordo com proposta que será incluída no projeto de lei complementar que o Executivo enviará ao Congresso Nacional, o governo pretende acabar com o direito a férias, ao 13º salário e ao FGTS para os jovens que ingressa-

rem no mercado de trabalho.

A ideia de Paulo Guedes e sua equipe é usar a reforma trabalhista aprovada no governo Temer como base legal para a supressão dos direitos, segundo informa o site Congresso em Foco.

Nas trevas

Internado no Albert Einstein e com a saúde na corda bamba, Bolsonaro mandou esta pelo Tweet:

“A doutrinação ideológica nas instituições de ensino forma militantes políticos e não cidadãos com bom senso e preparados para o mercado de trabalho. É preciso quebrar essa espinha para o futuro saudável do Brasil.”

Retorno à Idade Média



Foto: Internet

Um texto do Ministério da Saúde prega eletrochoque e internação de criança em hospital psiquiátrico, segundo informa a revista *Fórum*.

Bancos: 60 bi de lucro



O lucro líquido do Itaú, Bradesco e Santander, os três maiores bancos privados do país, alcançou astronômicos R\$ 59,7 bilhões em 2018 – crescimento de 11,9% em relação a 2017.

A cifra equivale a três vezes

a inflação do ano passado, de 3,75%.

Isso no Brasil de cerca de 30 milhões de trabalhadores da mão de obra ativa fora do mercado de trabalho e mais de 60 milhões no SPC.

Obscurantismo

Um novo projeto de Escola sem Partido está na Câmara dos Deputados. O texto do Projeto de Lei 246 foi protocolado pela deputada Bia Kicis (PSL-DF), cunhada do fundador do Movimento Escola sem Partido, Miguel Nagib.

O novo projeto mantém as linhas gerais do que foi discutido ano passado na Comissão Especial da Câmara, e alguns ajustes retiram e acrescentam pontos polêmicos.

A censura é legalizada na

nova redação, que assegura aos estudantes “o direito de gravar as aulas”.

Outro artigo inclui os grêmios estudantis também no sentido de calar manifestações críticas no âmbito político. O artigo 8º diz: “É vedada aos grêmios estudantis a promoção de atividade político-partidária”.

A ideia da deputada é que a discussão efetiva só ocorra após o trâmite das pautas econômicas do governo.

Sem Mordaça

Em contraposição à proposta de Bia Kicis, estão sendo propostos os projetos Escola Livre e Escola sem Mordaça, que defendem a liberdade de cátedra e condenam medidas que restrinjam a prática dos professores em sala. Alexandre Padilha (PT-SP) e Talíria Petrone (PSOL-RJ) protocolaram respectivamente os projetos opostos.

De acordo com Padilha, seu projeto Escola Livre, caso aprovado, tem como objetivo proibir qualquer filmagem, até mesmo por meio de celulares, de professores em sala de aula. Além disso, a ideia é que seja proibida a retirada de qualquer conteúdo didático das escolas.

A proposta veda ainda “o cerceamento de opiniões mediante constrangimento, violência ou ameaça, ações ou manifestações que configurem a prática de crimes tipificados em lei, tais como calúnia, difamação e injúria, ou atos infracionais” no ambiente escolar.

O Escola sem Mordaça, de Talíria Petrone, também veda o cerceamento de opiniões e proíbe a gravação sem consentimento, e traz um diferencial: estabelece que a comunidade escolar e acadêmica deve fomentar a organização democrática estudantil em grêmios, centros acadêmicos e similares, e não proibi-la, como pretende a proposta de Bia Kicis.